

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Divida Externa **Abertura política**

Desde que apareceu no noticiário internacional como prenúncio de mudança profunda no tratamento da dívida externa dos países subdesenvolvidos ou emergentes, o Plano Brady não dava, como agora, sinais concretos de viabilidade. E por esse ângulo que se torna possível entender a decisão do Fundo Monetário Internacional de realocar quarenta por cento da contribuição dos países terceiro-mundistas à amortização de parte de suas dívidas. Aprovada por 151 sócios contributários do órgão, a iniciativa resplandece, sobretudo em sua coloração política, por representar atitude inovadora quanto ao problema e convergência compacta de vontades internacionais.

O comprometimento da participação societária no percentual já referenciado, para efeito de resgate de parcelas da dívida e consequente redução de seus estoques, dará aos países beneficiários algum alívio nos balanços de pagamento. Ao Brasil caberá, segundo cálculos aproximados, importância equivalente a 720 milhões de dólares, que deverá ser repassada aos credores pelo Banco Mundial, instituição interveniente na execução de compromissos financeiros do FMI.

Com uma dívida externa orçada em torno de 114 bilhões de dólares, cujos serviços representam, anualmente, desembolso superior a doze bilhões de dólares, é evidente que a redução de encargos no total em questão tem escassa repercussão sobre o conjunto dos valores em vermelho. Não é,

porém, a dimensão das disponibilidades franqueadas pelo Fundo o aspecto relevante da questão, mas a abertura que prodiga-liza para levá-la a uma crescente politização, conforme a tese sustentada pelo Brasil perante a Assembléia Geral da ONU e reiterada, desde então, em todos os foros mundiais pertinentes.

Os saques babilônicos sobre as economias dos países endividados para resgate da dívida externa tornaram-nos prisioneiros de uma situação social a cada dia mais explosiva. A escalada do empobrecimento gera indicadores sociais alarmantes, como taxas elevadas de desemprego, endemias de fome, aumento da mortalidade infantil, altíssimos índices de insanidade física e, no final do processo, a explosão da violência. Não foi por outras razões que, há poucos dias, turbas enfurecidas protestaram contra o Governo na Venezuela, com um saldo de mortos superior a duzentos e outro tanto de feridos.

A conversão de fundos participativos em amortização da dívida, em proveito dos países do Terceiro Mundo, é um sinal evidente de que o FMI começa a tratar politicamente uma questão que, por suas consequências desestabilizadoras, é essencialmente política. Falta-lhe, apenas, render-se de uma vez à realidade, para dedicar-se a um programa mais ousado, capaz de contemplar soluções ajustadas à complexidade da política do problema.